

## **IMPLICAÇÕES COM ESTABELECIMENTO DO SETOR ENERGÉTICO E AS CONSEQUÊNCIAS NAS COMUNIDADES TRADICIONAIS DE UM TERRITÓRIO AMAPAENSE**

## **IMPLICATIONS WITH THE ESTABLISHMENT OF THE ENERGY SECTOR AND THE CONSEQUENCES IN THE TRADITIONAL COMMUNITIES OF AN AMAPA TERRITORY**

## **IMPLICACIONES CON LA IMPLANTACIÓN DEL SECTOR ENERGÉTICO Y LAS CONSECUENCIAS EN LAS COMUNIDADES TRADICIONALES DE UN TERRITORIO AMAPA**

**Karoline Fernandes Siqueira Campos**

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, Rodovia-426, S/N - Zona Rural, Princesa Isabel - PB  
E-mail: karoline.campos@ifpb.edu.br

**Marcelo Rodrigues Mendonça**

Universidade Federal de Goiás, Av. Esperança, s/n - Chácaras de Recreio Samambaia, Goiânia - GO  
E-mail: ufgmendonca@gmail.com

**Vinícius Batista Campos**

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, Rodovia-426, S/N - Zona Rural, Princesa Isabel - PB  
E-mail: vinicius.campos@ifpb.edu.br

**Paulo Lucas Cândido de Farias**

Universidade Federal de Pernambuco, Av. Prof. Moraes Rego, 1235 - Cidade Universitária, Recife - PE  
E-mail: paulolucas0407@gmail.com

**RESUMO:** As ‘Cidades da Floresta’ são aquelas regiões planejadas e construídas quase que instantaneamente para abrigar, confortavelmente, apenas o trabalhador do grande projeto de investimento. Áreas desse tipo redefiniram o contexto regional da Comunidade tradicional do Iratapuru/AP, abrigando pessoas de forma temporária para atender a realização de uma determinada construção de modo imediato. Isso resultou em algumas implicações e (re)existência dos povos tradicionais com a construção de uma Usina Hidroelétrica. Logo, o presente trabalho tem como objetivo compreender e analisar as implicações territoriais da construção e do funcionamento Usina Hidrelétrica de Santo Antônio do Jari na Comunidade Tradicional do Iratapuru, na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Iratapuru – RDSI, localizado no sul do Estado do Amapá. Verificou que o empreendimento provocou alterações nas relações socioambientais e na percepção das pessoas no seu sentido de lugar como pertencimento no espaço.

**Palavras-chave:** Território; Usina hidroelétrica; Comunidade tradicional; Amapá.

**ABSTRACT:** The "Forest Cities" are those regions planned and built almost instantaneously to comfortably house only the worker of the large investment project. Such areas redefined the regional context of the traditional Community of Iratapuru/AP, housing people in a temporary way to attend the accomplishment of a certain construction in an immediate way. This resulted in some implications and (re)existence of traditional peoples with the construction of a Hydroelectric Power Plant. Therefore, this paper aims to understand and analyze the territorial implications of the construction and operation of the Santo Antônio do Jari Hydroelectric Power Plant in the Traditional Community of Iratapuru, in the Iratapuru Sustainable Development Reserve - ISDS, located in southern Amapá State. It verified that the enterprise caused changes in socio-environmental relations and in the perception of people in their sense of place as belonging in space.

**Keywords:** Territory; Hydroelectric power plant; Traditional community; Amapá.

**RESUMEN:** Las "Ciudades Forestales" son esas regiones planificadas y construidas casi instantáneamente para albergar, cómodamente, sólo al trabajador del gran proyecto de inversión. Áreas de este tipo redefinieron el contexto regional de la tradicional Comunidad de Iratapuru/AP, alojando a las personas de forma temporal para atender la realización de una determinada construcción de forma inmediata. Esto dio lugar a algunas implicaciones y a la (re)existencia de pueblos tradicionales con la construcción de una central hidroeléctrica. Por lo tanto, este trabajo tiene como objetivo entender y analizar las implicaciones territoriales de la construcción y operación de la Central Hidroeléctrica Santo Antônio do Jari en la Comunidad Tradicional de Iratapuru, en la Reserva de Desarrollo Sostenible de Iratapuru - ISDS, ubicada en el sur del Estado de Amapá. Se ha comprobado que la empresa ha provocado cambios en las relaciones socioambientales y en la percepción de las personas en su sentido de pertenencia al espacio.

**Palabras clave:** Territorio; Central hidroeléctrica; Comunidad tradicional; Amapá.

## 1. INTRODUÇÃO

Esse artigo visa compreender e analisar as implicações territoriais da construção e do funcionamento Usina Hidrelétrica de Santo Antônio do Jari na comunidade tradicional do Iratapuru, na RDSI, no sul do Estado do Amapá, para discutir de forma pragmática o contexto das comunidades tradicionais do território amapaense, a partir de um embasamento da literatura e com auxílio de um roteiro de entrevistas, a relação com o complexo hidroelétrico e os impactos nas dinâmicas socioespaciais causado às populações tradicionais do local.

A região sul do Amapá possui, aproximadamente, 69 mil habitantes, 10,36% da população estadual, segundo o último Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017). Deste contingente, 12.858 habitantes vivem na zona rural combinando atividades extrativismo e de agricultura, no qual se organizam a forma de produção, em pequena escala do tipo familiar. A maior parte dessa população agroextrativista ocupa espaços protegidos destinados ao uso sustentável por meio de assentamentos e reservas, organizando-se politicamente em associações locais e cooperativas de trabalhadores extrativistas, sendo representada em nível regional e nacional pelo Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) (FILOCREÃO, 2007).

A região teve muitos incentivos de investimentos públicos utilizados para viabilizar o crescimento de desenvolvimento das populações locais e áreas adjacentes, como por exemplo a implementação da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio do Jari. Porém, obras desse tipo, requer um novo reordenamento territorial das comunidades locais, pois além de alterar a dinâmica com as Cidades da Floresta, definido por Becker (1990), Como Povos e Comunidades Tradicionais que vivem em locais criados para atender Grandes Projetos na Amazônia. Também, trazem sérias implicações, que alteram a dinâmica de um povo, em especial, a Comunidade Tradicional do Iratapuru. Na análise da região sul do Amapá, na delimitação da microrregião do município de Laranjal do Jari, para aferirmos suas dinâmicas espaciais a partir dos empreendimentos ou grandes projetos instalados.

O local de estudo está situado na antiga Vila de São Francisco do Iratapuru, que surgiu com a organização política dos agroextrativistas no território da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Iratapuru - RDSI, resultado tardio de um processo de mobilização social dos extrativistas e trabalhadores rurais da região do rio Jari na década de 1980. Esse processo tardio, foi fruto da chegada e instalação de descendentes de migrantes nordestinos, no qual foram atraídos pela exploração da castanha no início do século XX nos perímetros da região. Mais tarde, os imigrantes nordestinos que foram trabalhar na extração da borracha no maior latifúndio do mundo, com 3,5 milhões de hectares nos municípios de Almeirim e Porto de Moz (no Estado do Pará) e Mazagão (Laranjal e Vitória do Jari, no Estado do Amapá), pertencente ao cearense Coronel José Júlio de Andrade (SIQUEIRA CAMPOS *et al.*, 2011).

Com as alterações provocadas pela Usina Hidrelétrica - UHE de Santo Antônio do Jari na comunidade tradicional do Iratapuru passou por a ser chamada de Vila de São Francisco do Iratapuru, o que por sua vez modificou o sentido e o sentimento de lugar, a partir dessa nova instalação. A antiga vila foi inundada e foi construída uma nova localizada no município de Laranjal do Jari, criado pela Lei Federal n. 7.639, de 17 de dezembro de 1987, também conhecido como paraíso das águas, primeiramente foi habitado pelos índios das tribos waianos e apalais, que são povos de língua karib que seguem ritos coletivos com a natureza, habitam a região de fronteira entre o Brasil (na região dos baixos e médios cursos dos rios Curuá, Maicuru, Jari e Paru de Leste), o Suriname (rios Tapanahoni e Paloemeu) e a Guiana Francesa (alto rio Maroni e seus afluentes Tampok e Marouini), sendo distribuídos em aldeias pequenas, com cerca de 7 a 30 indivíduos cada (BARBOSA, 2007). De maneira oficial, e relatada por Siqueira Campos *et al.* (2011), Laranjal do Jari é banhado pelo rio Jari e tem uma área territorial de 30.782,998 km<sup>2</sup>, sendo o terceiro município mais populoso do Amapá, com 47.554 habitantes. Ainda, apresenta baixa densidade demográfica (1,29 hab/km<sup>2</sup>) e tem grande parte de sua extensão em áreas protegidas ou que fazem parte do empreendimento (IBGE, 2017).

## 2. AS CIDADES DA FLORESTA NA REDEFINIÇÃO DO COMPLEXO HIDRELÉTRICO EM SETORES DO SUL AMAPAENSE

As “Cidades da Floresta” são aquelas regiões planejadas e construídas quase que instantaneamente para abrigar, confortavelmente, apenas o trabalhador do grande projeto de investimento. No entanto, em pouco tempo, aparece uma multidão heterogênea de favelas temporárias, do lado de fora das cercas de segurança, para abrigar precariamente os trabalhadores temporários que convergem para a região na esperança de conseguirem trabalho (BROWDER E GODFREY, 2006).

Esses territórios sob a influência do dinheiro, escapam de toda regulação interna; criam nos sujeitos (moradores nativos) um sentimento de instabilidade, de medo e de paralisia, obrigando-os a apoiar aquilo em que não creem apenas pelo receio de perder ainda mais seu trabalho, suas terras, sua identidade (SANTOS, 2006).

Sendo assim, como forma de interligar as linhas sucessoras da tese, erguera-se uma sistematização das reflexões sobre Bertha Becker (1990) e Trindade Júnior (2013) que tratam sobre a Implantação de Tecnologias e os Grandes Projetos de investimentos na Amazônia, tecendo suas impressões a partir das dinâmicas territoriais, da organização e da reorganização do espaço.

As diferentes formas de ocupação dos espaços pelos grandes projetos demarcam as desigualdades dos territórios explorados, o antagonismo existencial entre os “*intrusos*” mercados capitalistas (corporativismo) e os povos e comunidades da floresta: de um lado, as tecnologias implantadas e, de outro, o território identitário denominado de *grande objeto*, onde pulsam o modo de vida ribeirinho, caboclo, tradicional, com suas peculiaridades cultura, economia, política, bens materiais e imateriais tornam-se invisíveis aos olhos dos “*desatentos*”.

Para Bertha Becker (1990), as Cidades da Floresta e seus povos são a constituição territorial do espaço social e assumem características de territorialidade que correspondem às relações sociais multidimensionais, ou seja, efetivadas em diferentes situações da vida cotidiana tendo como local vivido a reprodução de aspectos sociopolíticos e econômicos que determinam a politização da natureza e a tradução do espírito da distribuição tecnológica e ambiental dos ditames tecnológicos, transformando o território em mais uma mercadoria.

No Estado do Amapá, as cidades da Floresta são introduzidas com a Indústria e Comércio de Minérios S.A - ICOMI (BRASIL, 1943), em Serra do Navio (exploração do minério de manganês). A Usina Hidrelétrica de Santo Antônio do Jari (explorando os recursos hídricos da bacia do rio Jari), na RDSI, tendo como efeito a construção de dois territórios: um era para atender os trabalhadores (mais planejado) e outro cheio de novos aspectos, infligindo as limitações geográficas, e extrapolando as fronteiras do conhecimento tradicional, do modo de vida dos sujeitos do lugar e aos sistemas naturais.

O poder econômico instalado com as suas técnicas e tecnologias (maquinários dos GPI) dominam o sistema, controlam as pessoas e suas relações, tratando os envolvidos como objetos regulados pela hierarquia da descontínua articulação governamental e da iniciativa privada para a funcionalidade e intencionalidade mercantil em detrimento dos nativos, destruindo a natureza, a segurança, a esperança do progresso, as territorialidades, as dinâmicas dos arranjos espaciais, os sistema de espacialidade, as características de identidade e os grupos sociais que, sem autonomia, desequilibram-se e passam a resistir ao que lhes foram impostos (SANTOS, 1997).

A construção do território e dos espaços sociais, caracterizado com um espaço geográfico no interior do qual se mantém relações sociais (BOURDIEU, 1987), estabelecido pelo capital não pode ser confundida com a apropriação social e cultural da natureza exteriorizada, nem a reconstrução do território e dos espaços sociais pelos povos tradicionais com a reapropriação dos potenciais ecológicos locais. Essa multiterritorialidade, marcada pela diversidade de relações, identidades e necessidades não pode impedir a busca do desenvolvimento sustentável e da autonomia cultural de cada comunidade (LEFF, 2009).

O desequilíbrio imposto implica nas redefinições dos espaços, nas novas relações de apropriação e formação dos territórios, do espaço e produção dos territórios, no surgimento de novos grupos sociais e modos de vidas, nos interesses externos, nas riquezas naturais, originando conflitos entre os sujeitos, as grandes empresas transnacionais e o Estado.

Segundo Saquet (2010), os homens, quando inseridos em territórios construídos, desconstruídos ou reproduzidos, deve ser o “recurso” mais valioso, e ser atendido com emprego, segurança, qualidade das relações e respeito às diversidades culturais. No entanto, isso não vem ocorrendo com a implantação de empreendimentos, tendo como contrapartida ecossistemas sociais sem relações, destruídas pelos interesses capitalistas.

A desterritorialização provocada por um novo sistema de produção, com suas técnicas e seu uso das matérias-primas do lugar, sua criação de infraestrutura básica, apresenta-se na materialidade das transformações, mas também nos elementos subjetivos e imateriais. Por isso, a reterritorialização de quem sofreu a desterritorialização não consegue recriar o mesmo antigo território, mas, sim, um novo, transformado, mas vinculado ao antigo.

Santos (2002) e Haesbaert (2004) enfatizam a dicotomia entre material e funcional, o sistema de objetos e a imaterialidade do simbolismo dos sistemas de ações, demonstrando a pluralidade das compreensões sobre o território e sua construção e desconstrução. Neste sentido, o espaço híbrido de Milton Santos, passa a ser concebido nesta tese como território híbrido.

Esse território híbrido (junção do antigo e o novo por meio da coexistência), contém produtos, recursos, organização do trabalho, fluxos de matérias-primas, relações econômicas, socioambientais, culturais, saberes e valores, em interação dinâmica e ampliada.

Nessa metamorfose conceitual, o território surge em meio à complexidade das suas relações internas e das externas com o espaço geográfico, principalmente por conta da introdução do dinheiro, dos bens materiais e imateriais, do desenvolvimento de estratégias de uso e reprodução da terra, da competitividade dos sujeitos globais pela maior fatia desse espaço, tendo, em muitos casos, ainda, a própria subordinação e dependência do território ao Estado. Essa problemática espacial e da construção do território é bastante confusa por envolver sujeitos, objetos, coisas, produtos, classes e seus conflitos, como condição fundamental da vida cotidiana naquele ambiente, que não se traduz em, meramente elementos soltos no espaço e no tempo.

Haesbaert (2004) ratifica essa ideia e contribui dizendo que o território passa a ser um espaço que atua conjuntamente a todas as esferas sociais, políticas e econômicas, públicas e privadas, sendo fonte de recursos e avanços possíveis com bases tecnológicas embutidas e realizadas pelos grupos sociais, cuja territorialidade é marcada pela ligação com a terra – no sentido físico do termo –, em que ocorre a apropriação dos bens encontrados no ambiente.

O espaço geográfico pode ser considerado como uma totalidade que envolve sociedade e natureza, em que o mesmo, é produzido pela sociedade e reflete, suas desigualdades e contradições, as

relações de produção que ela desenvolve e a apropriação que essa sociedade faz da natureza (OLIVEIRA, 1994). Ainda, vale concebê-lo como a totalidade formada pelas ações e objetos sociais e também pelos objetos naturais numa relação dinâmica (SANTOS, 1997).

Essa criação e organização espacial é configurada por Santos (2002), que atribui ao termo o sinônimo de espaço banal, um espaço de todas as pessoas, de todas as empresas e de todas as instituições, onde desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas e se mantêm as relações sociais, afetivas e de trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida, manifestados pelas suas existências.

Os desdobramentos dessas práticas levaram à lógica urbana e desenvolvimentista sem interação homem-natureza, tendência que marcará a expressão “grandes objetos”. Para Raffestin (1993), que vê o espaço como precursor do próprio, ou seja, o espaço se transformando em território na medida em que ocorre a apropriação (material e/ou simbólica) do espaço pelos sujeitos, este processo pode ser denominado de territorialização do espaço e humanização da natureza pelo desenvolvimento das relações de poder.

Logo, para Trindade Júnior (2014), essas perspectivas territoriais de desenvolvimento regional, nas Cidades da Floresta, têm sido reflexo da implantação de tecnologias com a construção de empreendimentos para o uso de recursos naturais, culminando na desconstrução das relações e deterioração dos modos de vida da população *in loco*, principalmente em ocupação de áreas protegidas, implicando, com isso, no surgimento de territórios desequilibrados, sem planejamentos urbano e regional e sem estruturação de políticas públicas parciais.

No final do século XX, as dinâmicas territoriais passaram por novas representações e organizações espaciais, estimulando a reconfiguração econômica do acesso em regiões com recursos naturais abundantes, pelos complexos hidrelétricos com a retórica de conectar regiões às vias de fluxos e redes, e, assim, abrandar as desigualdades e as contradições relacionadas às questões sociais e econômicas.

Vainer e Araújo (1992), afirmaram que esses grandes projetos trouxeram às áreas de sua atuação a ideia de crescimento e progresso, entretanto, de modo geral, apenas desestruturaram as atividades preexistentes, ocasionando o crescimento desordenado da população, desemprego, favelização, marginalização social e, quase sempre, degradação ambiental.

A organicidade dos “grandes objetos” tornou-os, principalmente, fontes de recursos minados de implicações. Piacenti *et al.* (2003) complementam afirmando que as maiores implicações são desencadeadas desses processos de desenvolvimento, reassentamentos, desapropriações e migrações, alterando a dinâmica demográfica, o modo de vida, os modelos da economia, a sua forma de produção e o espaço social. Isso tudo, densifica que os complexos hidrelétricos redefinem, com a implantação de tecnologias, os espaços sociais e os territórios identitários nas *idades e povos da floresta*, com o interesse de controlar e usufruir as grandes reservas de recursos naturais que, induzidas pelo Estado com o propósito de desenvolver regiões e localidades, ignoram as implicações e estabelecem novas relações sociais, econômicas e ambientais.

Segundo Becker (1997), o novo território produzido é consequência das relações evidenciadas como um fenômeno de organização frente às mudanças funcionais, territoriais, políticas, econômicas e de poder dos processos socioespaciais no uso do território e nas tramas instaladas.

E esses processos de organização, objetivam o controle territorial para a expansão do capitalismo e, essas relações vêm provocando implicações territoriais, forçando o Estado ao processo expansionista por meio da acumulação de capital, o que ajusta e gera um desenvolvimento geográfico desigual (HARVEY, 2005).

Nesta perspectiva, trataremos sobre o *complexo* energético e hidrelétrico no território amapaense (Estado do Amapá), observando os fatores considerados essenciais para a análise das dinâmicas de implantação das técnicas e tecnologias com a construção de UHE's modificou a organização espacial e territorializou o capital.

### 3. O COMPLEXO ENERGÉTICO E HIDRELÉTRICO: UMA DISCUSSÃO SOBRE O TERRITÓRIO AMAPAENSE

A formação do espaço amapaense, segundo Porto (2003), foi primeiramente influenciada pelas atividades econômicas concentradas na propriedade da terra. A partir da segunda metade da década de 1970, com a criação dos Distritos da Produção da Mineração (locais com muito potencial mineral), chegaram os grandes empreendimentos na área da mineração como a ICOMI (Indústria e Comércio de Minérios S.A) e o sonho do desenvolvimento pela população.

O almejado desenvolvimento divagou na possibilidade das transformações, no crescimento aliado a introdução de técnicas e tecnologias, na diminuição dos recortes territoriais de isolamento, gerando melhor padrão de vida e para isso a criação de aparatos como o fornecimento de energia para atender principalmente os GPS's (SIQUEIRA CAMPOS, 2016).

Fischer (1992) relata que a complexidade desse desenvolvimento está na escala local, no conjunto de redes estruturadas em torno de interesses identificáveis e no favorecimento ao processo migratório desordenado e sem planejamento, que muda a dinâmica de ocupação do território com o surgimento de novos espaços sociais.

As novas dinâmicas socioespaciais introduzidas pelos grandes projetos engendram os serviços básicos essenciais, como o saneamento, o abastecimento de água, o fornecimento de energia elétrica e as habitações, ditando ao território caminhos tortuosos e de transformações estruturais.

A escolha por territórios híbridos segue a mesma ideia de Araújo (2010), no qual afirma que essa reestruturação ocorre sob a tutela do Governo Federal e dos interesses da elite, transformando o espaço em um mosaico de territórios sobrepostos, como aconteceu na comunidade da vila de São Francisco do Iratapuru, com os territórios híbridos das antiga e nova vilas. Assim, o espaço geográfico deve ser considerado como algo que participa igualmente da condição do social e do físico, um misto, um híbrido (SANTOS, 2006).

A constituição do território amapaense foi marcada pela exploração das potencialidades naturais, pelo capital e por intervenções estatais que nortearam as relações sociais. Desta forma, os ajustes espaciais têm relação direta com o capital internacional, com os interesses de grandes empresários e com a manutenção da dicotomia entre tradicional e moderno (PORTO, 2011).

À vista disso, o Amapá foi moldado de acordo com os interesses das elites, nacionais e internacionais. As pressões dos movimentos sociais pouco puderam fazer. A sua inserção na economia mundial se deu por sua exploração desmedida, que sempre impede o progresso social.

A baixa expectativa de desenvolvimento no território amapaense é interligada a ausência de políticas públicas que dialoguem entre si e tenham o objetivo de suprir deficiências estruturais (energia, água, esgoto) de forma integrada, evitando que os projetos empresariais impactem negativamente nos espaços sociais, econômicos e ambientais.

Segundo o Ministério de Minas e Energia e o Plano de Atendimento de Energia Elétrica da Eletronorte 2007/2016, no Amapá, o sistema de geração da Eletronorte possuía uma capacidade efetiva instalada de 234,8 MW, dos quais 116,8MW eram oriundos da Usina Termelétrica de Santana (de propriedade da própria Eletronorte) e 40 MW eram contratados junto a um Produtor Independente de Energia, totalizando 156,8 MW, o que gerava custos elevados dessa produção de energia elétrica levou a estudos de viabilidade dos potenciais hídricos para a adesão de novas usinas hidrelétricas.

O cenário energético amapaense piorou em 2009, com a venda da energia contratada (45 MW) pela Eletronorte, aumentando a produção energética de 234,8 MW para 239,8 MW das Termelétricas de Santana, sendo mantida pela Companhia de Eletricidade do Amapá a geração termelétrica de 17,123 MW para atender aos municípios de Laranjal do Jari, Vitória do Jari e Oiapoque, assim como à localidade de Lourenço, no município de Calçoene (CEA, 2006).

Com o desejo de diminuir as implicações e os gastos com a produção energética em termelétrica surgiu em 1955, com o Plano de Industrialização do Amapá, do Governador Janary Gentil Nunes, em que se recomendava a implantação de um polo minério-metalúrgico aproveitando as

reservas de ferro, manganês e a madeira local. Para tanto, era necessário recorrer ao potencial hidráulico dos rios e construir uma usina hidrelétrica, quando, então, por meio do incentivo da política pública desenvolvimentista, começou a construção da usina hidrelétrica de 100 MW na cachoeira de Paredão, no rio Araguari, atualmente em operação (MARQUES, 2009).

Sua capacidade de geração de energia de 25 MW seria o suficiente para abastecer Macapá, o porto de embarque de minérios e as instalações da Serra do Navio, sobrando, ainda, 10 MW para implantar uma indústria de ferro de manganês e de pasta de papel. O projeto da hidrelétrica foi custeado pelos royalties do manganês e, apesar de se referir a industrialização como um todo, relacionava-se direta e imediatamente ao aproveitamento do manganês e, portanto, tornava-se uma pré-condição fundamental para atrair capitais à industrialização amapaense, o que fez com que o desenvolvimento econômico do território levasse a sua transformação em Estado.

Na mesma época, foi criada a Companhia de Eletricidade do Amapá, por meio da Lei n. 2.740/1956, sendo esta uma sociedade de economia mista, com capital subscrito pelo governo do Território Federal do Amapá e pela Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia – SPVEA (contribuições do Governo Federal). Assim, em 1976, com a conclusão das obras da hidrelétrica do Paredão, a Eletronorte assumiu o empreendimento e passou a injetar recursos próprios para manutenção e funcionamento.

Com o fornecimento de energia elétrica em andamento, outros grandes investimentos de capital adentraram ao espaço amapaense, a exemplo do então Projeto Jari, ocupando áreas do sul do Amapá e do Pará – envolvendo 3,2 milhões de hectares de terra –, tendo como idealizador o norte-americano Daniel Ludwig, com o objetivo de produzir arroz e celulose a partir de uma imensa floresta de plantio na área do projeto, o que fez desenvolver, também, a produção mineral a partir da extração da bauxita refratária e do caulim (MARQUES, 2007).

Durante sua existência, o projeto contou sucessivas vezes com o apoio financeiro estatal, o que não evitou suas diversas crises e, apesar da montagem da usina de força, um problema constante era o abastecimento energético. Em decorrência disso, o empreendimento tentou apoio para a construção da Hidrelétrica de Santo Antônio, no Rio Jari, solicitando apoio do Governo Federal e de outras empresas, sem sucesso (MARQUES, 2009). Por outro lado, apesar da existência do empreendimento no Jari, a entrada em operação da hidrelétrica, em janeiro de 1976, não foi suficiente para alimentar projetos industriais de grande significância, sendo que a pré-condição para a industrialização não conseguiu satisfazer os setores privados (nacionais e estrangeiros).

Nos anos 1990, outros elementos contribuíram com o cenário político do processo e ocupação/configuração espacial do Amapá, o qual passou por novas transformações advindas do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá, que ampliou as áreas de uso restrito com a criação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana e com a retomada da produção mineral (caulim e ouro), ampliando as expectativas de diminuição das limitações de infraestrutura (logística de transporte, estradas de acesso e abastecimento energético).

Entre 1990 a 2004 foi elaborado o Plano Diretor de Macapá, conjuntamente com a proposta de governo local do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá – PSDA, que incentivou a ampliação do Porto de Santana, a intensificação do fluxo de cargas na rodovia Duca Serra e a reorganização de Serra do Navio que enfrenta em 1997, o encerramento das atividades da ICOMI, que gerou muitos desempregos.

Em 2005, o Estado exportou US \$33,93 milhões e, dois anos depois, saltou para US \$80,73 milhões, representando 63% da economia de exportação do Estado. Neste momento, várias empresas se instalaram no território, dentre as quais a MMX - Anglo American e a MPBA, explorando ferro, ouro e outros minerais; assim, o manganês retornou a pauta de exportação a partir do aproveitamento do minério de baixo teor que havia sido descartado pela ICOMI. Em 2017, a ICOMI retornou às atividades e, ainda hoje, exerce a extração do manganês – faz-se relevante salientar que as demais empresas não estão mais no mercado.

Com o crescimento econômico e o reordenamento espacial, as discussões sobre a demanda

energética e as reivindicações industriais se intensificaram de modo que a produção mineradora foi levada a implantar, por meio da Amapari Energia, uma usina termelétrica com potência instalada de 22 MW. Contudo, sua baixa capacidade repercutiu no aprofundamento dos problemas econômicos e sociais, pois a demanda de energia elétrica era muito superior à sua capacidade de geração, produzindo sucessivos apagões que fizeram com que as medidas emergenciais – e não programadas – tomadas geraram muitas críticas e poucas soluções.

Esse quadro de deficiência levou o Governo Federal, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (BRASIL, 2010), a inserir investimentos de cerca de R\$ 3,1 bilhões, dos quais: R\$ 2,267 bilhões para a construção da linha de transmissão de Tucuruí até o Amapá, tendo o Amazonas como destino final; R\$ 4,5 milhões para o inventário da produção de energia elétrica na bacia do rio Jari; e, R\$ 21 milhões para o Programa Luz para Todos (BRASIL, 2008).

A energia, por possuir um caráter estratégico para o alavancamento da economia do país, e assim fomentar o progresso técnico e científico, e o Amapá por deter um considerável potencial hídrico, serviu de motriz à redefinição da matriz energética brasileira por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2). Este objetivou aumentar a capacidade do fornecimento de energia por meio da construção e implantação de Usinas Hidrelétricas que, além de levar aos mercados consumidores um Sistema Interligado Nacional de transmissão de energia, possibilitou que regiões desprovidas desse mecanismo fossem contempladas, sanando problemas primários de agricultura, comunicação e transporte.

Com base nos Relatórios da MME/EPE (BRASIL, 2000; 2008), as Bacias Hidrográficas do Amapá têm 23 potenciais locais para a instalação de UHE's, sendo que apenas três estão em operação e as demais em fase de planejamento para as etapas de leilão, implementação e execução, o que contribuirá com 2.179,500 KW *para a transmissão de energia ao Brasil*; deste total, estão previstas no rio Jari, local que já está em operação a UHE objeto desta tese, um quantitativo de 1.362.000 KW *de potência*.

Os primeiros estudos de fontes renováveis de energia, observando os potenciais hidroelétricos dos rios e bacias hidrográficas, com o mapeamento detalhado de onde podem ser construídas as usinas hidrelétricas, foram conduzidos, primeiramente, nos estados de Minas Gerais e São Paulo, entre o final do século XIX e a primeira década do século XX, com a ajuda dos investimentos de grupos estrangeiros; assim, a implantação de termelétricas e hidrelétricas para a transmissão e utilização de energia elétrica foi possível (MIELNIK E NEVES, 1988).

#### **4. AS IMPLICAÇÕES TERRITORIAIS E A (RE)EXISTÊNCIA DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS NO TERRITÓRIO DA USINA HIDRELÉTRICA DE SANTO ANTÔNIO DO JARI – AMAPÁ**

Grandes projetos instalados ocuparam as terras e reordenaram os territórios, reconfigurando as paisagens, o que por sua vez transformaram a economia e as relações dos moradores com o ambiente natural. Dentre eles, tem-se as barragens e as usinas hidrelétricas, cujos objetivos principais são explorar os recursos hídricos dos rios e produzir energia elétrica, geralmente de maneira menos onerosa (MENDES, 2005). Não se trata de estabelecer um território intocável, mas de definir negociações multilaterais em que os sujeitos envolvidos disponham de informações suficientes sobre as relações de ganhos e perdas e, assim, evitar o desenvolvimento insustentável no Amapá.

Jong (1993) analisou as grandes obras hidroenergéticas e suas implicações regionais. Para ele, a produção de energia elétrica, a partir da construção de grandes usinas hidrelétricas, defendida pelos governos como forma mais eficiente, aproveita o recurso natural abundante, mas não se importa com os custos sociais e ambientais. Para Jong, as principais implicações são:

[...] A inundação de vastas áreas, a realocação compulsória das populações afetadas, os movimentos de populações induzidos durante a etapa da construção, os conflitos sócio culturais relacionados a tais movimentos, os efeitos inflacionários localizados oriundos do

aumento pontual da demanda de bens para a construção ou o consumo, as modificações advindas da construção ou inundação dos ecossistemas naturais. (JONG, 1993, p. 174).

Bortoleto (2001), discute os efeitos socioambientais dos projetos hidrelétricos, vê a construção das usinas como responsável pelo crescimento populacional e pelos problemas de reassentamento das famílias tradicionais, que perdem não apenas valores materiais, mas também afetivos e simbólicos, sua relação com a cultura e a história suas peculiaridades e especificidades.

Vainer (1993) ressalta, ainda, que essas implicações são impostas às populações das áreas onde se implantam essas empresas que provocam profundas alterações nos meios e modos de vida, por meio do deslocamento compulsório de milhares ou dezenas de milhares de pessoas. Na RDSI, em 2009, as ações estratégicas voltadas para atender as demandas do capitalismo corporativo na implementação e construção da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio do Jari provocaram implicações até os dias atuais, incluindo a perda do território.

De toda forma, segundo Rosa *et al* (1988), a fase de implantação de uma UHE é mascarada por estratégias feitas exclusivamente para atender as exigências de organismos institucionais, mas sem comprometimento e responsabilidade com a causa social.

A *(Re)Existência* em seus territórios de vida a luta contra a desterritorialização de comunidades tradicionais atingidas não acaba com o início do funcionamento da empresa transnacional que se territorializou no lugar.

A resistência social se dá pela preservação da identidade social e étnica, dos saberes, das habilidades e das práticas de produzir, alimentar-se e cuidar da saúde que criam um convívio harmonioso entre sujeito-sujeito e sujeito-natureza (CARVALHO, 2003).

A *(Re)Existência* da Vila de São Francisco do Iratapuru, com a manutenção da identidade ribeirinha, das práticas socioculturais e ambientais com a floresta, com o rio e com os sujeitos do território, sejam eles nativos ou invasores, significa relações, de princípios sustentáveis, socioeconômicas e culturais, sem se perder a identidade peculiar no modo de ser, fazer e viver.

Para Mesquita e Mendonça (2016), as classes oprimidas e marginalizadas, na luta para continuar a existir ante a expulsão de seus territórios, conseguem “*(Re)Existir*, permanecer, conseguem se re-enraizarem ou ainda criar novas raízes e mesclá-las com as já existentes, formando as espacialidades que lhes permitem continuar *território*”. (MENDONÇA, 2010, p. 54)

Os povos e comunidades tradicionais – contam com a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável por parte do Estado. Mas, na prática, essa ação é reflexo das ações políticas, econômicas e sociais que visam o uso e controle dos recursos naturais, das matérias-primas e dos produtos da região amazônica pelo capital. Por isso, ocorrem interferências progressivas no modo de vida dos habitantes da região, sobretudo nas questões de natureza cultural, dos valores, das crenças e dos costumes (BRASIL, 2007; OLIVEIRA, 2004).

O Decreto n. 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, que instituiu a Política de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, prevê que nos territórios tradicionais, necessários para a reprodução cultural, social e econômica, por meio da utilização dos recursos naturais, do conhecimento e dos saberes tradicionais, sejam permanentes ou temporários, seja garantir a qualidade de vida da geração presente das gerações futuras (BRASIL, 2007).

Povos e comunidades tradicionais são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de ordenamento e organização territorial. Os grandes projetos de investimentos, com a imposição de técnicas e tecnologias, rearranjam, com o ditame de normas, outro ritmo, forma e lógica de territorialidade. Ocorre um estranhamento. A produção e reprodução cultural, social, religiosa e econômica, são ameaçadas.

A comunidade tradicional da vila de São Francisco do Iratapuru, na RDSI, tem forte enraizamento socioeconômico e cultural advindo da estreita relação com o rio, não pelo simples fato de estar localizada à beira do rio Iratapuru, mas por apresentar uma importante interação funcional com ele, que lhe serve de meio de transporte e circulação de produção de alimento, de fonte de água para uso doméstico, de forma de lazer, além dos laços afetivos e simbólicos que com ele essa população mantém. Mas, a partir de 2011, em meio à implantação da UHE de Santo Antônio do Jari, a

vila vem sendo transformada, inclusive, com o reassentamento das famílias em outro lugar porque o lugar anterior foi inundado.

A identidade é um processo de construção de significado com base em atributos culturais ou, ainda, um conjunto de atributos culturais inter-relacionados que prevalecem sobre outras fontes de significados, incluindo o território imposto pelos processos de ocupação dos espaços (CASTELLS, 1999). Sundfeld (2002) afirma também que a territorialidade é um parâmetro importante na identidade de comunidades e povos tradicionais, destacando que a identidade coletiva não se limita, apenas, à estrutura física do espaço/território, mas se estende a todos os espaços, aqueles em que os grupos sociais moram, àqueles que cultivam, àqueles onde realizam atividades de lazer e de religião e até à moradia de outras.

A reestruturação física do espaço, de acordo com Haesbaert (1999), se associa à construção concreta ou abstrata de identidades territoriais. Pode-se afirmar, então, que não há território sem algum tipo de identificação e valoração simbólica (positiva ou negativa) do espaço dadas por seus habitantes, carregadas de signos e significados do passado e do presente.

A reorganização da Vila de São Francisco do Irapuru se deu devido à territorialização de um grande empreendimento, circunstância em que as territorialidades são instituídas, territórios são criados e recriados. Os moradores visam à reprodução material, simbólica cultural e identitária, com a recriação de seu território. A implementação da UHE visa assegurar no território criado, o crescimento econômico.

Em um novo território, concreto ou abstrato, ocorre os espectadores, a construção de identidades territoriais, ainda que de uma forma muito genérica. Não há território sem algum tipo de identificação e valoração simbólica (positiva ou negativa) do espaço pelos seus habitantes (HAESBAERT, 1999).

Os moradores da antiga e da nova vila de São Francisco do Irapuru, vivem um processo constante de afirmação e reafirmação das suas existências Aproximadamente 200 pessoas por meio da *(Re)Existência*, lutaram e lutam, permanentemente, para não se perderem em meio às transformações impostas pela chegada do capital.

O EIA e o RIMA, elaborados como imposição legal para a construção da UHE de Santo do Jari, não apontaram ações mitigatórias que afrontam os interesses dos grupos sociais, locais. Foram desconsiderados aspectos importantes para diminuir as implicações na identidade e no pertencimento ao território. Assim, ocorreram prejuízos para as identidades culturais.

No Irapuru, a esperança de dias melhores tornou-se longínqua e irreal. Os sujeitos renderam-se à observação passiva de procedimentos que os prejudicam e foram efetuados pelo grupo social hegemônico, que forjou para si um território exclusivamente para fortalecer o capital (HAESBAERT, 1999).

A UHE de Santo Antônio do Jari com a criação de seu território, no território da RDSI, provocou a coexistência entre estes territórios e mais do que isso os misturou, os tornou híbridos, o que não se faz sem danos para os sujeitos do território original. Os saberes tradicionais das benzedeadas, da marcenaria naval, o conhecimento das florestas, da navegação, dos ciclos naturais, da reprodução e manejo dos recursos naturais, da conservação das espécies e da construção das habitações, bem como as manifestações culturais presentes no cotidiano dessas famílias, foram todos inferiorizados, tornados antiquados, desnecessários.

Manifestações culturais e identitárias tradicionais, de acordo com Cândido (1987), podem ser expressas, por exemplo, nas festas, religiosas ou não que são organizadas pela comunidade, um dos elementos de definição da solidariedade vicinal, que liga moradores da mesma ou de outras localidades em um mesmo espaço, para um determinado fim, ultrapassando o espaço familiar. Em vila de São Francisco do Irapuru é realizada a festa da castanha.

A adaptação é dolorosa; as mudanças geram um caos em muitos setores, mas principalmente no modo de vida. Para Adger (2003), a adaptação depende da capacidade dos envolvidos de enfrentar as ameaças e as pressões externas para diminuir a vulnerabilidade e os riscos.

No relato de S. A., pode-se observar as mudanças, as dificuldades de adaptação e os problemas enfrentados cotidianamente:

[...] Já vivi tanta coisa no Iratapuru, coisas boas e ruins, desde a construção das primeiras moradias na beira do rio (não foi fácil, mas tínhamos a natureza para nos dar alimentos e condições de avançarmos), depois, a organização da Cooperativa e o incêndio criminoso, que queimou até nossos sonhos, mas nunca desistimos, somos um povo batalhador. Hoje é triste ver que estamos vulneráveis, regredindo, não há progresso, nem melhorias. Todos os dias aparecem problemas de todo o tipo, seja nas rachaduras, na lama da rua, nas fossas transbordando, na falta de água e energia, nos prejuízos das compras de geladeiras, aparelhos e parabólicas, e precisamos ter tempo, coragem e disposição para enfrentar os responsáveis por essa bagunça e arrumar, pelo menos tentar, porque faz tempo que nada é resolvido, todos os dias sinto saudade da minha casinha, do rio e de como tudo estava no seu lugar. (S. A.)

As vulnerabilidades a que essas pessoas estão submetidas não podem ser enfrentadas só pela comunidade. É preciso a ação do Estado. É difícil a adaptação nos territórios recriados. Foram grandes os danos materiais e imateriais. Para Hufschmidt, Crozier e Glade (2005), a avaliação prévia da vulnerabilidade pode reduzir os danos materiais e, sobretudo, humanos de comunidades afetadas por qualquer intervenção externa. Uma vez que, o EIA e o RIMA parecem não ter avaliado corretamente a vulnerabilidade das comunidades tradicionais.

As implicações territoriais sofridas pelos povos e comunidades tradicionais com a construção da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio do Jari, são alvo da (Re)Existência que os moradores vêm empreendendo a fim de sobreviverem e viverem. Segundo Mendonça:

[...] as (Re)Existências são ações construídas no processo de luta pelos territórios da vida, expressas na luta pela permanência na terra, na luta pela Reforma Agrária, na luta contra a construção desenfreada e injustificada dos empreendimentos hidrelétricos que expulsam milhares de famílias de seus lugares de existências, na luta pela água, entre outras ações de natureza política que possuem como fundante as relações de pertencimento. (PELÁ; MENDONÇA, 2010, p. 54).

Diante disto, tomaram-se como base as dimensões de exposição (identificando quantas pessoas foram afetadas pela inundação com a implantação da UHE de Santo Antônio do Jari), sensibilidade (perfil socioeconômico dos moradores e a composição do material construtivo das casas) e capacidade de adaptação (como os moradores lidam com as pressões e intervenções externas) (ADGER, 2006).

Vulnerabilidade, para Smith e Petley (2008), é um processo de urbanização desordenada cuja proposta de desenvolvimento econômico aumenta o desequilíbrio dinâmico na relação entre o sistema físico e o social, e, conseqüentemente, os desastres naturais, gerando conflitos nas esferas econômica, social e ambiental.

Nos procedimentos metodológicos de observação participativa e conversas informais, constatou-se que a comunidade (moradores) ficou vulnerável às implicações do discurso capitalista sobre o progresso, o desenvolvimento, a introdução de tecnologias – sem enfrentar –, assumindo os riscos.

Todos os moradores adquiriram aparelhos de televisão, parabólicas (figura 2) e aparelhos celulares (ressaltamos que até a chegada da UHE e a Nova Vila, alguns moradores tinham esses aparelhos, mas mantinham suas energias) visando melhorar a comunicação e ter mais oportunidades, inclusive de ter acesso a informações que nunca tiveram em decorrência das limitações geográficas em viver na floresta. Porém, esta aquisição não passou de artefatos sem utilidade, uma vez que a energia 24 horas (medida compensatória do RIMA) não foi implantada.



**Figura 2** – Aquisição de aparatos tecnológicos como antenas parabólicas.

A percepção das implicações da construção da UHE de Santo Antônio pelos moradores quanto a mudança da vila, a recepção e a aquisição de novos bens (materiais) aliou-se a aceitabilidade como resposta proativa de adaptação, por exemplo: ao avaliarem, de maneira estereotipada, que a construção das casas – nova vila – seria um risco iminente de inundação e com base em experiências prévias de outros riscos, acataram a proposta sem compreender as entrelinhas, sem se posicionar ao sistema formal e hierárquico de dominação que remeteu à perda do sentimento de pertencimento ao modo de vida tradicional.

Assim, seguiram por algum tempo (entre 2010 a 2015) acreditando que as medidas tomadas foram justas, que tudo que estava acontecendo era natural e inevitável; alguns até entendiam, que tinha chegado uma oportunidade de ascensão social e econômica de obtenção de lucro com aquela situação.

Essa ênfase da ordem natural faz com que as severas consequências sejam aceitas como riscos imprevisíveis e cientificamente justificados, como se os atingidos ganhassem na loteria, sendo indiferentes da realidade (OLTEDAL *et al.*, 2004).

Seguindo essa compreensão, podemos concluir que a realocação das famílias não foi apenas a desocupação da antiga vila, mas a desterritorialização social, econômica, ambiental, política, cultural e de territorialidades, estabelecendo novas relações com os sujeitos e com o modo tradicional de atuar. A territorialidade, então, é um uso sensato historicamente do espaço, especialmente, uma vez que ela é socialmente construída e depende de quem está controlando quem e porquê. (SACK, 1986).

As possibilidades de *(Re)Existência* dos sujeitos levam à porquês distintos, com aparições de novas visões, começam um processo silencioso de insatisfação, de indignação, de contestações e de conflitos (entre os moradores; entre os moradores e a Cooperativa; entre os moradores, a cooperativa e a empresa; entre os moradores, a Cooperativa, o poder público e a empresa), nascendo a trajetória de *(Re)Existência* as implicações da UHE de Santo Antônio do Jari, o que culpa os verdadeiros culpados e se une para a gestão pactuada e coletiva, induzindo a novos comportamentos e a novas formas de requerer providências e ações concretas.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atuação do estado, na lógica de modernização do espaço a partir da implementação da usina hidrelétrica, para exploração dos recursos hídricos, promoveu lucro imediato para as empresas. Entretanto, provocou alterações nas relações socioambientais e na percepção das pessoas no seu sentido de lugar como pertencimento. A nova dinâmica desconfigurou o contexto local da comunidade, no qual havia o sentido de pertencimento, essencial para manter as tradições e os anseios tradicionais do grupo.

A UHE de Santo Antônio do Jari trouxe grandes expectativas de desenvolvimento e crescimento econômico. Contudo, na realidade, o efeito foi o contrário. Em que resultou uma transformação da vida da Comunidade foi transformada, pois perderam o espaço, os elos com o meio natural, enfim a UHE ao invés de melhorar a qualidade de vida causou a perda da identidade. O que por sua vez, promoveu cenários de *(Re)Existência* dos sujeitos com conflitos e indignações.

## REFERÊNCIAS

- ADGER, N. Social capital, collective action, and adaptation to climate change. **Economic Geography**, v. 79, n. 4, p. 387-404, 2003.
- ADGER, N. Vulnerability. **Global Environmental Change**, v. 16, p. 268-328, 2006.
- ARAÚJO, M. W. **Configuração do espaço amapaense**: um mosaico de territorialidades. Macapá: 2010. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Amapá, 2010.
- BARBOSA, G. C. **Os Aparai e Wayana e suas redes de intercâmbio**. 2007. 228 f. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas Geografia, da Universidade de São Paulo - SP, 2007.
- BECKER, B. K. A Fronteira em Fins do Século XX: Oito Proposições para um debate sobre a Amazônia. IN: BECKER, B. K. **Fronteira Amazônica**: Questões sobre a Gestão do Território. Rio de Janeiro: Ed. UnB. Brasília/Ed. UFRJ, 1990.
- BECKER, B. K. Novos Rumos da Política Regional: por um desenvolvimento sustentável da Fronteira Amazônica. In: BECKER, B. K.; MIRANDA, M. (Orgs.). **A Geografia Política do Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1997. p. 421-444.
- BORTOLETO, E. Efeitos de Grandes Projetos no Desenvolvimento Econômico Social: O Complexo Hidrelétrico de Urubupungá em Andradina – SP. In: IX ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, Ética, Planejamento e Construção Democrática do Espaço, v. 1, Rio de Janeiro, maio, 2001. **Anais**. Rio de Janeiro: ANPUR/IPPUR/UFRJ, 2001. p. 317-325.
- BOURDIEU, P. **La Distinction**. Critique sociale du jugement. Minuit: Paris, 1979, p.564.
- BRASIL. **Decreto-Lei nº 9.858, de 13 de setembro de 1943**. Transforma as jazidas de minério do manganês no Território Federal do Amapá em reservas nacionais. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, p. 12.948, 1943. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9858-13-setembro-1946-450058-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 02 dez. 2018.
- BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. **Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002**. Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza – SNUC. Brasília: MMA/SBF, 2000.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm). Acesso em: 8 nov. 2017.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto nº 6.442/2008**. Alteração do Decreto 4.873/2008 sobre a Universalização do serviço público de energia elétrica e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto nº 7.324/2010**. Alteração do Decreto 6.442/2008 sobre a Universalização do serviço público de energia elétrica e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF.
- BROWDER, J. O.; GODFREY, B. **Cidades da Floresta**: urbanização, desenvolvimento e globalização na Amazônia Brasileira. 1. ed. Manaus: EDUA, 2006.
- CARVALHO, H. M. **Sementes**: patrimônio do povo a serviço da humanidade. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2003.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. v. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CEA. Companhia de Eletricidade do Amapá. **Relatório Anual**. Assessoria de Mercado. Macapá, 2006.

FILOCREÃO, A. S. M. **Agroextrativismo e capitalismo na Amazônia**: as transformações recentes no agroextrativismo do sul do Amapá. Belém: 2007. 542 f. Tese (Doutorado em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental) – Universidade Federal do Pará, 2007.

FISCHER, T. Poder Local: Um Tema em Análise. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 26, p. 105-113, out./dez. 1992.

HAESBAERT, R. Identidades territoriais. In: CORREA, R. L; ROSENDAHL, Z. (orgs.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005. 252 p.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativa da População 2013**. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2017/estimativa\\_pop.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2017/estimativa_pop.shtm). Acesso em: 18 dez. 2017.

JONG, G. M. As grandes obras hidroenergéticas. Contribuição para a análise de seus efeitos regionais. In: SOUZA, M. A. de S. *et al.* (Orgs.). **O Novo Mapa do Mundo – Natureza e Sociedade de Hoje: uma leitura geográfica**. São Paulo: Hucitec, 1993.

LEFF, E. **Ecologia, Capital e Cultura – A territorialização da racionalidade ambiental**. Trad. Jorge E. Silva. Petrópolis: Vozes, 2009.

MARQUES, G. **Estado e desenvolvimento na Amazônia**: a inclusão amazônica na reprodução capitalista brasileira. Rio de Janeiro: 2007. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2007.

MARQUES, I. **Território Federal e mineração de manganês**: gênese do Estado do Amapá. Rio de Janeiro: 2009. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

MENDES, P. **Observação e análise do comportamento dinâmico de barragens de betão sob excitação ambiente**. Lisboa: 2005. Dissertação (Mestrado) – Instituto Superior Técnico, 2005.

MENDONÇA, M. R. Complexidade do Espaço Agrário Brasileiro: O agrohidronegócio e as (Re)Existências dos Povos Cerradeiros. **Revista Terra Livre**, v. 1, n. 34. jan -jun, 2010.

MESQUITA, N. L; MENDONÇA, M. R. As expressões da (Re)Existência camponesa nos espaços hegemônicos do sudoeste goiano. **Revista Geosaberes [online]**, v. 6, n. 03, fev. 2016.

MIELNIK, O.; NEVES, C. C. Características da estrutura de produção de energia hidrelétrica no Brasil. In: ROSA, L. P. *et al.* **Impactos de Grandes Projetos Hidrelétricos e nucleares**. Aspectos Econômicos, Tecnológicos, Sociais e Ambientais. São Paulo: Marco Zero, 1988. p. 17-38.

OLIVEIRA, J. A. A cultura nas (das) pequenas cidades sustentáveis da Amazônia Brasileira. In: VIII CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, Coimbra, 2004. **Anais...** Coimbra, 2004.

OLIVEIRA, J. A. **Cidades na selva**: urbanização das Amazonas. São Paulo: 1994. 331 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, 1994.

OLTEDAL, S. MOEN, B.; KLEMPE, H.; RUNDMO, T. **Explaining risk perception**: an evaluation of cultural theory. Norway: Rotunde, 2004. 40 p.

PIACENTI, C. A.; LIMA, J. F.; ALVES, L. R.; KARPINSKI, C.; PIFFER, M. Apontamentos sobre a economia dos municípios atingidos pelas Hidrelétricas de Salto Caxias e Itaipu binacional. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 104, p. 103-123, jan./jun. 2003.

- PORTO, J. L. R. **Amapá: Principais Transformações Econômicas e Institucionais (1943-2000)**. SETEC: Macapá, 2003.
- PORTO, J. L. R. **Apontamentos em sala de aula**: disciplina sobre o Amapá: organização e formação do espaço. Macapá: Universidade Federal do Amapá, 2011. (Aula ministrada na turma 2011 do Mestrado em Desenvolvimento Regional da, no segundo semestre de 2011).
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática S.A., 1993. 269 p.
- ROSA, L. P.; SIGAUD, L. e MIELNIK, O. **Impactos de Grandes Projetos Hidrelétricos e nucleares**. Aspectos Econômicos, Tecnológicos, Sociais e Ambientais. São Paulo: Marco Zero, 1988.
- SACK, R. D. **Territorialidade humana sua teoria e história**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986. 271 p.
- SANTOS, B. S. **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2002.
- SANTOS, M. A. **Espaço e método**. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1997.
- SANTOS, M. A. **Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2006.
- SAQUET, M. A. **Abordagens e Concepções de Território**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- SCHUMANN, L. R. M. A. A multidimensionalidade da construção teórica da vulnerabilidade: análise histórico-conceitual e uma proposta de índice sintético. 2014. 165 f. **Dissertação** (Mestrado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional) – Centro de Estudos Avançados e Multidisciplinares, Universidade de Brasília, Brasília. 2014.
- SIQUEIRA CAMPOS, K. F. **Novas dinâmicas territoriais da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio no vale do Jari: a desconstrução do uso do território e de produtos na RDS do Iratapuru/AP**. Macapá: 20016. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) –Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional, Universidade Federal do Amapá, 2016.
- SIQUEIRA CAMPOS, K. F.; CAMPOS, V.B.; PITANGA, P.S.A.; ALMEIDA, W. L.; MOURA NETO, R.R. Diagnóstico das condições dos abrigos utilizados na enchente de Laranjal do Jari-AP: estudo de caso. In: VI CONGRESSO DE PESQUISA E INOVAÇÃO DA REDE NORTE E NORDESTE DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA – Tecnologia inovadora sustentável: Ações afirmativas, equidade e promoção da qualidade de vida, Natal, v. 1, 2011. **Anais...** Natal: IFRN, 2011. p. 1-8.
- SMITH, K.; PETLEY, D. **Environmental hazards assessing risk and reducing disaster**. 5. ed. Londres: Routledge, 2008.
- SUNDFELD, C. A. **Comunidades Quilombolas: direito à terra**. Brasília: MinC Editora Abaré/Fundação Cultural Palmares, 2002.
- TRINDADE JÚNIOR, S. C. C. Das “cidades na floresta” às “cidades da floresta”: espaço, ambiente e urbano diversidade na Amazônia brasileira. In: LIMOND, E.; CASTRO, E. (Orgs.). **Um novo planejamento para um novo Brasil?** 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014.
- TRINDADE JÚNIOR, S. C. C. Das “Cidades na floresta” às Cidades da Floresta”: espaço, ambiente e urbano diversidade na Amazônia Brasileira. **Papers do NAEA**, n. 321, p. 1-22, 2013.
- VAINER, C. B. População, meio ambiente e conflito social na construção de hidrelétricas. In: MARTINE, G. (org.). **População, meio ambiente e desenvolvimento: verdades e contradições**. Campinas: UNICAMP, 1993. p. 183-207.
- VAINER, C. B.; ARAÚJO, F. G. B. **Grandes Projetos Hidrelétricos Desenvolvimento Regional**. Rio de Janeiro: CEDI, 1992.